



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 43/XIV/ 2.ª SL

Aos 06 dias do mês de janeiro de 2021, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Saúde, na sala 1 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Informações;
2. Apreciação e votação das atas n.ºs 40, 41 e 42, dos dias 16, 18 e 21 de dezembro de 2020;
3. Discussão e votação do requerimento do PCP, solicitando a audição da ARS-Norte e das Unidades de Saúde Pública dos concelhos de Matosinhos, Póvoa de Varzim e Vila do Conde, sobre o surto de *legionella* no distrito do Porto;
4. Discussão e votação do requerimento do PSD, solicitando a audição conjunta com a «Comissão Eventual para o acompanhamento da aplicação das medidas de resposta à pandemia da doença COVID-19 e do processo de recuperação económica e social», da Comissão Técnica de Vacinação contra a COVID-19, sobre as razões que serviram de base para a determinação da idade das pessoas que, em virtude de doença grave ou de risco, devem integrar as primeiras fases de vacinação contra a COVID-19;
5. Discussão e votação do Parecer sobre o P.J.L n.º 519/XIV/2.ª (Ninsc. Cristina Rodrigues) - «Cria os Centros de Nascimento, reforçando o direito das mulheres grávidas quanto à escolha do local de nascimento» - Autora: Deputada Bebiãna Cunha;
6. Outros assuntos.

10:45 Audição, por videoconferência, dos Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, sobre os P.J.L n.ºs 512/XIV/2.ª, do BE - «Medidas para a recuperação da atividade das juntas médicas de avaliação de incapacidades»; 538/XIV/2.ª, do PAN - «Assegure a resposta eficaz da atividade das juntas médicas de avaliação de incapacidades e dos cuidados de saúde primários em situação epidemiológica provocada pela COVID-19» e 541/XIV/2.ª, do PCP - «Regime Transitório para a emissão de Atestados Médicos de Incapacidade Multiuso».



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 43/XIV/ 2.ª SL

1. Informações

A Presidente começou por saudar todos os Deputados, desejando um bom ano. Informou que foi distribuído a todos o Relatório de progresso, relativo aos Projetos de Resolução, referente à 1.ª Sessão Legislativa da XIV Legislatura, que será levado à próxima Conferência de Presidentes das Comissões Parlamentares, ao abrigo da alínea c), do n.º 3, do artigo 21.º do RAR, solicitando, aos Deputados, que façam os comentários que considerarem convenientes até ao dia 7 de janeiro. Deu nota que a Dra. Graça Freitas foi convocada para o próximo dia 13 de janeiro, para ser ouvida no âmbito do processo legislativo em curso relativo aos atestados de incapacidade multiuso.

2. Apreciação e votação das atas n.ºs 40, 41 e 42, dos dias 16, 18 e 21 de dezembro de 2020;

As atas n.ºs 40, 41 e 42, dos dias 16, 18 e 21 de dezembro de 2020, foram aprovadas por unanimidade, registando-se a ausência do PAN e do CH.

3. Discussão e votação do requerimento do PCP, solicitando a audição da ARS-Norte e das Unidades de Saúde Pública dos concelhos de Matosinhos, Póvoa de Varzim e Vila do Conde, sobre o surto de *legionella* no distrito do Porto

A Deputada Paula Santos apresentou o [requerimento do PCP](#), que solicita a audição da ARS-Norte e das Unidades de Saúde Pública dos concelhos de Matosinhos, Póvoa de Varzim e Vila do Conde, sobre o surto de *legionella* no distrito do Porto, de forma a esclarecer quais as ações que foram tomadas e em que momento o foram em todo este processo, bem como conhecer quais as ações que irão ser desenvolvidas pelas autoridades competentes, nomeadamente quanto ao acompanhamento dos doentes com *legionella*. Deu ainda nota que se tem verificado um desinvestimento no Serviço Nacional de Saúde, sendo a saúde pública e os programas de promoção de saúde os primeiros alvos desse mesmo desinvestimento.

A Deputada Joana Lima referiu que o PS tem todo o interesse em que esses esclarecimentos sejam prestados, requerendo também a audição do Instituto Nacional de Saúde, Doutor Ricardo Jorge (INSA). No que concerne ao requerimento do PCP, apenas não acompanham a referência ao desinvestimento no Serviço Nacional de Saúde.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 43/XIV/ 2.ª SL

O Deputado Rui Cristina, o Deputado Moisés Ferreira, a Deputada Ana Rita Bessa e a Deputada Bebiana Cunha disseram que nada têm a opor ao requerido e que votarão favoravelmente.

A Deputada Paula Santos deu nota que o PCP não acompanha os comentários do PS quanto ao investimento no Serviço Nacional de Saúde. Por fim, solicitou que as audições pedidas neste requerimento fossem consideradas prioritárias.

Os requerimentos foram aprovados por unanimidade, registando-se a ausência do CH. A Presidente referiu que tem sido dada prioridade às audições relacionadas com a Covid-19, bem como àquelas consideradas oportunas e atuais, ficando estas desde já sinalizadas.

4. Discussão e votação do requerimento do PSD, solicitando a audição conjunta com a «Comissão Eventual para o acompanhamento da aplicação das medidas de resposta à pandemia da doença COVID-19 e do processo de recuperação económica e social», da Comissão Técnica de Vacinação contra a COVID-19, sobre as razões que serviram de base para a determinação da idade das pessoas que, em virtude de doença grave ou de risco, devem integrar as primeiras fases de vacinação contra a COVID-19

O Deputado Ricardo Baptista Leite apresentou o requerimento do PSD, solicitando a audição conjunta com a «Comissão Eventual para o acompanhamento da aplicação das medidas de resposta à pandemia da doença COVID-19 e do processo de recuperação económica e social», da Comissão Técnica de Vacinação contra a COVID-19, sobre as razões que serviram de base para a definição dos critérios para a determinação da idade das pessoas que, em virtude de doença grave ou de risco, devem integrar as primeiras fases de vacinação contra a COVID-19. Deu nota que é fundamental conhecer esses critérios, atendendo à limitação do número de vacinas existentes e disponibilizadas a Portugal, ao número reduzido de pessoas vacinadas em Portugal (0,03%) e ao tempo que vai demorar a que se atinja a imunidade de grupo.

A Deputada Hortense Martins disse que o PS não se opõe à audição da Comissão Técnica de Vacinação contra a COVID-19, apesar de não concordar com algumas das considerações feitas pelo Deputado Ricardo Baptista, porquanto Portugal é o quarto país da Europa que mais vacinou e a execução do Plano de Vacinação está a correr da melhor forma.



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 43/XIV/ 2.ª SL

O Deputado Moisés Ferreira referiu que o BE não se opõe ao requerimento, sendo até interessante do ponto de vista científico saber as razões para a definição dos critérios. Contudo, disse que ficou confuso, uma vez que metade da apresentação feita não tem que ver com a Comissão Técnica, mas com a Task Force que virá à AR periodicamente. Por outro lado, deu nota que a AR não tem competência para aferir quais devem ser os critérios de definição dos grupos prioritários a vacinar.

A Deputada Paula Santos disse que a Comissão Técnica pode prestar esclarecimentos relevantes, nomeadamente quanto aos doentes oncológicos, bombeiros e outros profissionais que estão na primeira linha de combate à Covid-19.

A Deputada Ana Rita Bessa acompanha as razões aduzidas no requerimento e considera pertinente ouvir a Comissão Técnica, porquanto não há unanimidade de critérios no seio dos Estados Membros da UE.

A Deputada Bebiana Cunha começou por dizer que existiu uma pressão enorme sobre a Comissão Técnica para que definisse os critérios, quando essa tarefa exigia tempo e deu nota que o PAN acompanha o requerimento.

O Deputado Ricardo Baptista Leite agradeceu todas as intervenções e reiterou que é fundamental conhecer as razões que levaram à definição dos critérios.

O requerimento foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do CH.

5. Discussão e votação do Parecer sobre o P JL n.º 519/XIV/2.ª (Ninsc. Cristina Rodrigues) - «Cria os Centros de Nascimento, reforçando o direito das mulheres grávidas quanto à escolha do local de nascimento» - Autora: Deputada Bebiana Cunha

A Deputada Relatora Bebiana Cunha dispensou a leitura do parecer, que foi remetido em tempo a todos os Deputados, colocando-se ao dispor para eventuais esclarecimentos.

A Deputada Elza Pais deu nota que o que se pretende é uma conciliação e respeito pelos direitos humanos e que deverá ser feita uma ponderação, sobre esta questão, posteriormente.

A Presidente cumprimentou a Deputada Bebiana Cunha pela elaboração do Parecer e colocou os considerandos e conclusões à votação, os quais foram aprovados por unanimidade, registando-se a ausência do CH.



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 43/XIV/ 2.ª SL

10:45 Audição, por videoconferência, dos Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, sobre os PJI n.ºs 512/XIV/2.ª, do BE - «Medidas para a recuperação da atividade das juntas médicas de avaliação de incapacidades»; 538/XIV/2.ª, do PAN - «Assegure a resposta eficaz da atividade das juntas médicas de avaliação de incapacidades e dos cuidados de saúde primários em situação epidemiológica provocada pela COVID-19» e 541/XIV/2.ª, do PCP - «Regime Transitório para a emissão de Atestados Médicos de Incapacidade Multiuso».

A Presidente cumprimentou o Dr. Luís Goes Pinheiro, Presidente do Conselho de Administração dos SPMS, EPE, que participou na audição por videoconferência.

O Deputado Pedro Alves perguntou quantas juntas médicas estão a funcionar em Portugal e se existem condições para a implementação das propostas aqui discutidas.

A Deputada Susana Amador questionou o Dr. Luís Goes Pinheiro no sentido de saber o que pode ser feito, com carácter mais estratégico ou conjuntural, para acelerar a simplificação e desmaterialização destes processos e que articulação está a ser feita com a DGS.

O Deputado Moisés Ferreira começou por dizer que não é na SPMS que reside o problema, porquanto as dificuldades estão no acesso às juntas médicas. Perguntou se passa pela SPMS a implementação das medidas propostas na iniciativa do BE.

A Deputada Paula Santos perguntou qual o contributo que a SPMS pode dar para agilizar este processo, no quadro das suas competências e atribuições.

A Deputada Ana Rita Bessa questionou sobre se os sistemas têm a capacidade de emitir a renovação de atestados, automaticamente.

A Deputada Bebiana Cunha perguntou sobre se foram aproveitadas as conclusões do grupo de trabalho constituído em 2017, sobre esta matéria, quais as medidas que estão a ser tomadas e se todas as partes envolvidas dispõem dos meios digitais necessários.

O Dr. Luís Goes Pinheiro começou por dizer que não dispõe da informação sobre quantas juntas médicas foram realizadas. Referiu que estão a ser criados mecanismos de simplificação, nomeadamente no que concerne a doentes oncológicos. Acrescentou que se podem estratificar situações: casos em que é possível a emissão automática; outros em que a emissão passa apenas pela análise de documentação, nomeadamente meios complementares de diagnóstico constantes no sistema; e outras situações em que é necessário um contacto com o utente, preferencialmente à



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 43/XIV/ 2.ª SL

distância. Disse que o trabalho já realizado está muito avançado, e que se prevê que o Conselho de Ministros emita uma resolução sobre este assunto, que passa pela articulação entre a Segurança Social, a Autoridade Tributária e o Ministério da Saúde, sendo que o sistema, do ponto de vista técnico, está terminado e em fase de afinação. No que diz respeito ao Grupo de Trabalho de 2017, foram aproveitadas algumas sugestões, mas muitas soluções ficaram ultrapassadas com o decurso do tempo.

Na segunda ronda, solicitaram esclarecimentos adicionais os Deputados Susana Amador, que referiu que devia ser ouvido o membro do Governo sobre esta matéria, Pedro Alves, Moisés Ferreira, Paula Santos, Ana Rita Bessa e Bebiania Cunha, os quais foram prestados pelo Dr. Luís Goes Pinheiro.

A Presidente deu por encerrada a reunião às 11:45, dela se lavrando a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada e podendo a respetiva gravação ser acedida neste [link](#) e neste [link](#).

Palácio de São Bento, 08 janeiro 2021.

A PRESIDENTE


(MARIA ANTÓNIA DE ALMEIDA SANTOS)



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 43/XIV/ 2.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alberto Machado
Álvaro Almeida
Ana Rita Bessa
Anabela Rodrigues
André Ventura
António Maló de Abreu
Bebiana Cunha
Bruno Aragão
Cláudia Bento
Hortense Martins
Joana Lima
José Manuel Pureza
José Rui Cruz
Maria Antónia de Almeida Santos
Moisés Ferreira
Paula Santos
Pedro Alves
Ricardo Baptista Leite
Rui Cristina
Sandra Pereira
Sónia Fertuzinhos
Susana Amador
Susana Correia
Telma Guerreiro
Elza Pais
Fernanda Velez
Francisco Rocha
Helga Correia
Hugo Patrício Oliveira
Ivan Gonçalves
João Gouveia
Luís Soares
Marta Freitas
Sara Velez

